



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

PROCESSO DE COMPRAS Nº 04-59/2023

Nº SISTEMA PBH: 010663302363

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, sendo os lotes 06 e 08 para ampla concorrência e demais lotes exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

Valor estimado:

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso conforme preconizado institucionalmente e de acordo com a justificativa apresentada no Anexo I.

Registro de Preços?	Visita prévia?	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
Não	Não	Contrato	MENOR PREÇO POR LOTE

RECEPÇÃO DE PROPOSTAS: INICIO: DIA 29/05/2024.

ABERTURA DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: DIA 12/06/2024 ÀS 08:00 HORAS.

ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: LOGO APÓS A ABERTURA DAS PROPOSTAS.

SITES PARA CONSULTAS DO EDITAL: www.compras.gov.br ou www.pbh.gov.br (opção licitações).

E-mail para contato: cpl@pbh.gov.br

Lic. Exclusiva para ME/EPP?	Lic. com Cota para ME/EPP?	Exige Amostra / Demonstração?	Modo de Disputa?
Não	Sim	Sim	Aberto e Fechado Conforme Art. 19, inc. II, Decreto Municipal nº 18.289/2023

Observações Gerais:

Manual do fornecedor: alertamos que deverão ser observadas as regras da utilização do sistema pelo link www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor para que não ocorram dúvidas de procedimento durante a sessão.

As dúvidas de caráter técnico quanto à utilização do sistema eletrônico deverão ser resolvidas junto ao suporte do SERPRO, pelo telefone 0800-978-9001. referência de tempo: horário de Brasília.

EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

O Hospital Metropolitano Odilon Behrens – HOB, Autarquia Municipal, e este **Agente de Contratação**, Edmundo Souzalima Caldoncelli Franco – HM 6026-9, designado pela Portaria HOB nº 269/2023, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei nº 14.133/2021** e Decretos regulamentadores da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte nºs 18.096/2022, e 18.289/2023, da Lei Municipal nº 10.936/2016 e Lei Complementar nº 123/2006, observadas ainda as determinações das Leis Federais nº 12.846/2013, nº 13.709/2018 e demais legislações aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Equipe de Apoio designada pela Portaria HOB nº 270/2023:

- a) Alexandre Magno Coelho – HM 7523-1, Agente de Serviço de Saúde.
- b) Anderson Fernando dos Santos – HM 6408-6, Agente Executivo Governamental.
- c) Guilherme Bruno Felisberto, HM 5603-2, Agente Executivo Governamental.
- d) Alessandra Josélia de Lima Brito, HM 06931-2, Cargo: Nutricionista.
- e) Liliane Monteiro de Barros, HM 6406-0, Cargo: Nutricionista.



SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto **Aquisição de gêneros alimentícios, sendo os lotes 06 e 08 para ampla concorrência e os demais lotes exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.**, conforme quantidades, especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

1.1. INTEGRAM ESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, DELE FAZENDO PARTE COMO SE TRANSCRITOS EM SEU CORPO, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I, contendo a Justificativa da opção por manter o orçamento sigiloso.

ANEXO II, contendo o Termo de Referência.

ANEXO III, contendo Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO IV, contendo o Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

ANEXO V, contendo a Minuta de Contrato.

ANEXO VI, contendo o Modelo de Declaração de Observância de limite na Licitação, para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.

SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa total com a execução do objeto desta licitação correrá à conta da Dotação Orçamentária sob as rubricas: 2301.3304.10.302.030.2875.0001.339030.39.1.659.002; 2301.3304.10.302.030.2875.0002.339030.39.1.659.002 e; 2301.3303.10.302.030.2620.0001.339030.39.1.659.002.

SEÇÃO III – DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos constante da página eletrônica www.compras.gov.br.

3. A fase externa da licitação será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do inteiro teor deste edital e de seus anexos no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte e no PNCP.

4. Sem prejuízo do disposto no item 3, é obrigatória a publicação de extrato do Edital no Diário Oficial do Município – DOM – e no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte, e em outros meios de divulgação, caso obrigatório, em observância ao § 1º do art. 54 e ao § 2º do art. 175 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se a alteração não comprometer a formulação das propostas nem as condições de participação, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes.

6. Os comprovantes das publicações previstas nos itens 3 a 5 serão juntados pelo Agente de Contratação aos autos do processo licitatório.

SEÇÃO IV – FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista neste Edital de licitação.

2. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de **até 3 (três) dias úteis** contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios para resposta junto à área demandante da contratação.

2.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.



3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
4. Acolhida a impugnação contra o Edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados no art. 55 da Lei nº 14.133/21.
5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico da Prefeitura de Belo Horizonte e no sistema eletrônico de licitação, dentro do prazo estabelecido no item 2, e vincularão os participantes e a Administração

SEÇÃO V – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

1. Poderão participar deste Pregão, as interessadas que estiverem previamente cadastradas no Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte – SUCAF nos termos do arts. 2º e 9º do Decreto Municipal nº 11.245/2003, ou que venham a se cadastrar no referido Sistema no prazo de **até 15 (quinze) dias corridos** após a convocação do Agente de Contratação, observado o disposto no art. 14 do citado Decreto, devendo, ainda, estar credenciada no Sistema Eletrônico Compras.gov.br no sítio www.compras.gov.br.

1.1. Para se cadastrar no **SUCAF**, a empresa poderá se dirigir à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH (Rua Espírito Santo, nº 605, 14º Andar, Centro, CEP – 30.160-919 – Belo Horizonte/MG - Telefones: (31) 3277-4677), acompanhada dos impressos denominados “Solicitação de Cadastro de Fornecedor” e “Linhas de Fornecimento e/ou Serviço”, disponíveis no site www.pbh.gov.br/sucaf (devidamente preenchidos e assinados). A documentação referenciada encontra-se elencada no art. 7º do Decreto Municipal nº 11.245/2003.

1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico Comprasnet, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

1.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao HOB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2. **As licitantes em processo de falência ou em recuperação judicial**, poderão participar do certame desde que comprovem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente¹.

2.1. Além do plano de recuperação judicial homologado pelo juízo competente, a empresa interessada deverá apresentar a certidão emitida pelo juízo competente de que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005.

3. Estarão **impedidos** de participar de qualquer fase do processo, direta ou indiretamente, os interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

3.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta Município de Belo Horizonte nos termos da Lei nº 8.666/1993 ou impedimento de licitar e contratar nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

3.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;

3.3. Esteja com falência decretada.

3.4. Enquadradas nas vedações previstas nos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021, bem como nas do art. 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

3.5. Empresário cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objetodeste Pregão.

3.6. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do HOB ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que

¹ Recomendação dada pela Segunda Câmara do Tribunal de Contas de Minas Gerais, nos autos do Processo nº 1046749, em 12/05/2022.



deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si.

3.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.10. Esteja constituído sob a forma de consórcio.

3.11. empresário proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

3.12. Demais hipóteses proibidas pela legislação vigente.

4. A observância das vedações do item 3 é de inteira responsabilidade do licitante que, em caso de descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

5. O Agente de Contratação verificará eventual descumprimento das vedações elencadas acima mediante consulta aos meios legais disponíveis.

SEÇÃO VI – DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

1. Caberá ao Agente de Contratação, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao Edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no Edital;

IV - coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V - verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII - indicar o vencedor do certame;

IX - adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X - conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

1.1. Caberá à equipe de apoio auxiliar o Agente de Contratação nas etapas do processo licitatório.

1.2. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da Assessoria Jurídica ou de outros setores do Hospital, a fim de subsidiar sua decisão.

SEÇÃO VII – DO PROCEDIMENTO PARA CREDENCIAMENTO JUNTO AO PROVEDOR DO SISTEMA

1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Pregão Eletrônico tradicional para fornecedores”, disponibilizado no endereço www.compras.gov.br.

2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.



3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilização legal do licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4. O licitante responsabilizar-se-á formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à provedora do sistema ou ao HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. Caberá aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante do desconhecimento operacional do sistema ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- PROBLEMAS COM CONEXÃO E/OU DÚVIDAS SOBRE O SITE COMPRASNET, UTILIZAR O SEGUINTE NÚMERO: 0800-978-9001.

SEÇÃO VIII – DO ACESSO E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do sítio www.compras.gov.br.

2. Caberá ao licitante interessado em participar do Pregão, na forma eletrônica:

I. credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

II. remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

III. responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Hospital Odilon Behrens por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV. acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V. comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI. utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do Pregão na forma Eletrônica; e

VII. solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. O fornecedor descredenciado no SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

4. A apresentação da proposta implica na declaração, sob as penas legais, que o licitante atende às exigências de habilitação previstas neste Edital.

4.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

5. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início ou o encerramento da fase de lances.

5.1. EXCEPCIONALMENTE, após o encerramento da fase de lances, poderá ser acatado o pedido de desistência da proposta, em razão de motivo justo e devidamente comprovado pela licitante, decorrente de fato superveniente, e aceito pelo Agente de Contratação.

5.2. Não restando comprovado o atendimento aos requisitos fixados no subitem acima a licitante desistente ficará sujeita a



aplicação de penalidades estabelecidas neste Edital.

SEÇÃO IX – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

1.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **o valor total ofertado para o item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

2. No momento do cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

2.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

2.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

2.5. Não existem fatos impeditivos para a sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar alguma ocorrência que ocorrer posteriormente.

2.6. O licitante enquadrado como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa** deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

2.6.1. No(s) item(ns)/grupo(s)/lote(s) exclusivo(s) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3. O licitante que apresentar declaração falsa estará sujeito às sanções previstas neste Edital e Anexos.

4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



- 8.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 8.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do Item 7 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o HOB, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

SEÇÃO X – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

1. A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 1.1. Os Itens deste Pregão são numerados sequencialmente, devendo cada um ser ofertado em seu quantitativo total.
- 1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.2.1. As empresas licitantes deverão declarar no campo “DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR” da proposta eletrônica, o pleno conhecimento das exigências de habilitação previstas no Edital.
- 1.2.2. Ainda no campo “DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR” da proposta eletrônica deverá constar informações tais como: descrição sucinta do(s) serviço(s) prestado(s), conforme exigido no Anexo II deste Edital, e a marca do(s) mesmo(s).
- 1.2.3. Os preços ofertados ou o percentual de desconto, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 1.3. A proposta escrita deverá obedecer o modelo do Anexo III deste Edital e conter:
- 1.4. Especificação clara, completa e detalhada do item ofertado, conforme Edital e seus Anexos, com indicação precisa da marca, fabricante, e número do registro no órgão competente.
- 1.5. **Preço unitário ou total do item**, em que deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 1.6. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional (exibir valores numéricos e por extenso).
- 1.7. Prevalecerão no caso de divergências, os valores por extenso sobre os numéricos.
- 1.8. Os preços unitários deverão ser apresentados com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, desprezando-se as frações remanescentes.
- 1.9. Modalidade e número do Pregão Eletrônico.
2. **Validade da proposta:** O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.
3. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus exatos termos, bem como de fornecer o objeto em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

SEÇÃO XI – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Agente de Contratação, dar-se-á automaticamente, na data e na hora indicadas neste Edital, no sítio www.compras.gov.br.
2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
4. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.
7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
8. Durante a sessão pública de lances, o evidente equívoco de digitação pelo licitante que der causa a preço incompatível ou manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema pelo Agente de Contratação, no caso de não exclusão pelo licitante nos moldes do item 7.
9. O procedimento seguirá de acordo com o **Modo de Disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem 9.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.3. No procedimento de que trata o subitem 9.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
11. Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
13. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



16. Em relação a itens não exclusivos para participação de **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

16.1. Nessas condições, as propostas de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

16.2. A melhor classificada nos termos do subitem 16.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

16.3. Caso a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

16.5. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

16.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes

17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do Modo de Disputa "Aberto e Fechado".

17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

18. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

19.1. A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta do primeiro colocado não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.

19.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida.

19.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

19.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

19.5. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares exigidos neste Edital e Anexos.

19.5.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 19.5, por igual período, nas seguintes situações:



- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
- b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

19.5.2. Quando da convocação da proposta adequada, o licitante deverá apresentá-la em conformidade com as regras dispostas no Termo de Referência e demais anexos, enviando, conforme modelo, caso sejam ali exigido.

19.5.2.1. O Agente de Contratação poderá exigir que a proposta adequada seja enviada por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.compras.gov.br.

19.5.3. Juntamente com a proposta adequada a empresa arrematante deverá apresentar Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no Anexo IV.

19.5.4. Caso o arrematante seja enquadrado como Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP deverá apresentar a Declaração de Observância de limite na Licitação, conforme modelo constante no Anexo VI.

20. Se a mesma empresa arrematar a cota reservada e a cota principal, a contratação deverá ocorrer pelo menor valor unitário apresentado, sob pena de desclassificação do licitante no item(ns)/grupo(s)/lote(s) em que ofertar o maior preço unitário.

SEÇÃO XII – DA FASE DE JULGAMENTO

1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e na Seção V, subitem 3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta em um dos seguintes cadastros:

a) SICAF ou SUCAF ou CAGEF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992, devendo os comprovantes serem juntados aos autos.

3. Ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que tenha utilizado do tratamento favorecido às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com a Seção IX, subitem 2.6 deste Edital.

4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e Anexos, observado o disposto nos artigos 26 a 33 do Decreto Municipal nº 18.289/2023.

5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado ou do preço máximo definido para a contratação, conforme o caso;
- 5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e Anexos, desde que insanável.
6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que o licitante possa comprovar, eventualmente, a exequibilidade da proposta.
7. A análise da inexequibilidade das propostas será feita nos termos do disposto nos arts. 30 a 32 do Decreto Municipal nº 18.289/2023, bem como na legislação cabível.
8. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra e/ou prospectos, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-lo(s) nas condições disciplinadas no referido documento, sob pena de desclassificação.
- 8.1. A convocação será feita pelo Agente de Contratação no “chat de mensagens” do item/grupo/lote arrematado.
- 8.2. O(s) resultado(s) da(s) avaliação(ções) será(ão) divulgado(s) no sistema eletrônico.

SEÇÃO XIII – DA FASE DE HABILITAÇÃO

1. Os **documentos de habilitação previstos no Termo de Referência** serão exigidos apenas do licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.
2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ ou CPF e endereço respectivo, observando-se que:
- a) se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**;
 - b) se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
 - c) se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da **matriz** quanto os da **filial**²;
 - d) serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.
- 2.1. Os documentos exigidos para fins de comprovação da habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF.
3. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, caso não estejam contemplados ou válidos no SICAF, SUCAF e/ou CAGEF **e a documentação comprobatória de qualificação técnica** do licitante exigidos no Termo de Referência deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.compras.gov.br, quando solicitados pelo Agente de Contratação.
- 3.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contados da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
- 3.1.1. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido acima, por igual período, nas seguintes situações:
- a) por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação;
 - b) de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio

² NOTA EXPLICATIVA: Embora a matriz e a filial sejam estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, o direito tributário confere tratamento específico aos diferentes estabelecimentos empresariais, considerando cada um deles um domicílio tributário. Logo, se a filial for a empresa a ser contratada para executar o objeto, o documento de regularidade fiscal deve ser apresentado em nome e de acordo com o seu CNPJ.



dos documentos exigidos.

3.2. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada, caso haja dúvida justificada, a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

4. A verificação pelo Agente de Contratação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação, devendo os comprovantes das consultas serem juntados aos autos.

5. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o Item 7 anterior.

9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista dos beneficiários da Lei Complementar nº 123/2006 somente será exigida para a adjudicação, e não como condição para participação na licitação.

9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.2. A prorrogação do prazo previsto acima deverá ser solicitada formalmente, via sistema eletrônico, dentro do prazo inicial de 05 (cinco) dias úteis concedidos para a regularização da documentação fiscal e trabalhista.

9.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Agente de Contratação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, além das disposições legais, as empresas deverão se atentar para as regras de habilitação dispostas neste Edital, no item "Das Condições de Participação".

12. Comprovada a regularidade da habilitação, o licitante será reputado habilitado e será declarado vencedor do item/grupo/lote.

SEÇÃO XIV – DOS RECURSOS

1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou



revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

2. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

3. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso no sistema Comprasnet.

5. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

6.1. Caso não seja possível incluir no campo específico do sistema eletrônico todas as informações e/ou documentos necessários para interpor as razões recursais ou contrarrazões, o licitante poderá solicitar “no chat de mensagens” o envio por e-mail das razões e documentos complementares.

7. O recurso e o pedido de reconsideração **terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.



1.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

SEÇÃO XVI – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

1. O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Licitante e/ou da Adjudicatária/Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades, na forma do Decreto Municipal nº 18.096/2022:

1.1. advertência;

1.2. multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas.

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

1.3. impedimento de licitar e contratar;

1.4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

2. A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças.

4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo(a) Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo(a) Superintendente.

6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;

b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;

c) o primeiro dia após o fim do prazo de 5 (cinco) dias, quando a notificação for publicada no DOM.

7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DOM.

8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data da publicação da decisão no DOM.

9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

SEÇÃO XVII – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será realizado **no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a data da entrega do objeto**, com apresentação da nota fiscal ou comprovante equivalente (comprovante legal), mediante validação das condições satisfatórias no verso da Nota Fiscal, validação esta dada pelo servidor público do Contratante apenas se o material entregue atender completamente as exigências deste Edital.

2. A Contratada encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais)/Fatura ao setor recebedor do material que conferirá, atestará e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças - GEOF do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para pagamento, juntamente com o Empenho/Ordem de Fornecimento respectivos.

3. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

3.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

3.2. Deverão ser informados pelo fornecedor no corpo da Nota Fiscal/Fatura, além de outros requisitos estabelecidos em lei, os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento.

4. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

4.1. A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

4.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e materiais elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

4.3. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

4.4. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

6. Havendo necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso do prazo referido no item 1 desta Seção será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

8. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

9. Caso a Contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

SEÇÃO XVIII – DA NOTA DE EMPENHO E DO CONTRATO



1. Adjudicada e homologada a licitação pelas autoridades competentes, o Hospital Metropolitano Odilon Behrens emitirá a Nota de Empenho e o Contrato.
2. A adjudicatária terá o prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para retirar e assinar o Contrato.
3. Caso a adjudicatária se recuse a retirar ou a assinar o Contrato, ou não se apresente regular com as condições de habilitação previstas neste Edital no ato da assinatura do Contrato, se sujeitará às penalidades elencadas na Seção XVI deste Edital.
- 3.1. Nas situações previstas na Seção XIII, Subitem 9.3, o Agente de Contratação convocará os licitantes remanescentes, segundo a ordem de classificação, oportunidade, em que será analisada a aceitabilidade de sua oferta, verificado o atendimento das condições de habilitação e, se for o caso, declarado vencedor, abrindo-se prazo recursal.
- 3.2. Não havendo interposição de recurso, ou havendo e sendo este julgado improcedente, será o objeto adjudicado ao novo vencedor.
4. No ato de assinatura do Contrato a licitante deverá apresentar procuração ou cópia autenticada do contrato ou estatuto social da empresa concedendo-lhe poderes para a prática de tal ato.
5. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal, e devidamente fundamentada.

SEÇÃO XIX – DA PREVENÇÃO À FRAUDE E À CORRUPÇÃO

1. Os procedimentos licitatórios realizados pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens serão conduzidos em conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, observando-se ainda o que segue:
2. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens exige que os licitantes/contratados, observem o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução dos contratos. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:
 - 2.1. “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário público no processo de licitação ou execução do Contrato;
 - 2.2. “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um Contrato em detrimento do Contratante;
 - 2.3. “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do Contratante, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o Contratante dos benefícios da competição livre e aberta;
 - 2.4. “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um contrato;
 - 2.5. “prática obstrutiva” significa:
 - 2.5.1. destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do Contratante ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou
 - 2.5.2. agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do Contratante ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.
3. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens rejeitará uma proposta e aplicará as sanções previstas na legislação vigente se julgar que o licitante, diretamente ou por um agente, envolveu-se em práticas corruptas, fraudulentas, conspiratórias ou coercitivas durante o procedimento licitatório.



4. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51/2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis, sem prejuízo da comunicação também ao Ministério Público Estadual – MP/MG e Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, para as providências legais.

SEÇÃO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
2. Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
3. Poderá a Administração revogar a presente licitação, no todo ou em parte, por conveniência e oportunidade devidamente justificada, e deverá anulá-la por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, sem que caiba ao licitante direito à indenização, salvo em caso de dano efetivo disso resultante e na forma da lei.
4. O licitante intimado para prestar qualquer esclarecimento adicional deverá fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação.
5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
8. A tolerância do Hospital Metropolitano Odilon Behrens com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.
9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
10. As decisões referentes a este processo licitatório serão comunicadas aos licitantes via Sistema Eletrônico ou por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.
11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação ou pela autoridade a ele superior, em conformidade com a legislação aplicável.
12. A participação do licitante neste procedimento licitatório implica em aceitação de todos os termos deste Edital e Anexos.
13. Se a empresa vencedora não for cadastrada no **SUCAF**, a documentação apresentada para fins de habilitação deverá ser enviada ao órgão competente para as devidas providências relativas ao seu cadastramento.
- 13.1. Nessa hipótese, a exigência prevista no art. 4º do Decreto Municipal nº 11.245/2003 será cumprida mediante o encaminhamento da referida documentação e da proposta constando a solicitação para cadastramento.
14. Se a empresa vencedora já se encontrar cadastrada no **SUCAF**, deverá manter a documentação atualizada.
15. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da data da última assinatura das partes, podendo ser prorrogado **até a vigência máxima de 10 (dez) anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento continuado.
16. O Licitante/Contratado fica ciente de que ocorrerá a publicação dos dados pessoais como nome completo e CPF de seu sócio representante nos instrumentos jurídicos celebrados, que serão publicados em portal de transparência com acesso livre, para fins de cumprimento da Lei de Acesso à Informação.
17. É facultado ao Agente de Contratação ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover



diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da legislação aplicável.

17.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o Item 17, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

18. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.1. Para aditamento do quantitativo deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 13.757/2009 e suas alterações.

19. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, nos sites www.compras.gov.br e www.pbh.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

21. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte 20 de maio de 2024

TACIANA MALHEIROS LIMA CARVALHO
SUPERINTENDENTE
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

GUILHERME JOSÉ ANTONINI BARBOSA
DIRETOR DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS



ANEXO I - JUSTIFICATIVA DA OPÇÃO PELO ORÇAMENTO SIGILOSO

Em consonância com o art. 24 da Lei nº 14.133/2021, desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

Neste cenário, com o intuito de fomentar a disputa e alcançar a proposta apta a gerar o resultado da contratação mais vantajosa para o Hospital Metropolitano Odilon Behrens - HOB, bem como evitar contratações superfaturadas, as autoridades administrativas desta unidade hospitalar optaram por manter o orçamento sigiloso até o encerramento da disputa.

O sigilo do preço estimado faz com que os licitantes apresentem lances competitivos, considerando a lucratividade e a capacidade de honrar a contratação. Ante a impossibilidade de os competidores balizarem seus preços no orçamento estimado pela administração, caso não ofereçam seu melhor lance durante a sessão pública, há o risco de não se sagrarem vencedores da licitação. Assim, a disputa dar-se-á pelo menor preço, fazendo com que as contratações ocorram por valores abaixo do estimado.

Outro ponto relevante diz respeito às contratações superfaturadas. Sabe-se que, em alguns casos, há uma dificuldade na obtenção de orçamentos em portais oficiais de compras conforme os critérios estabelecidos na legislação. Tal fato faz com que seja necessário solicitar orçamento diretamente com fornecedores o que pode gerar, por vezes, estimativas superestimadas. Assim, o sigilo dos orçamentos pode contribuir para evitar contratações superfaturadas, já que os licitantes não irão basear suas propostas considerando o valor estimado pela administração, mas sim, conforme a realidade de sua empresa.

Quando a disputa ocorre sem que os licitantes tenham conhecimento do preço estimado, os ganhos para a administração pública são notórios. Já a divulgação do preço estimado, por outro lado, pode prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa.

Em complementação aos presentes argumentos, mister se faz colacionar jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) que, em análise de caso concreto, proferiu a seguinte decisão no Acórdão nº 903/2019:

“ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. com fundamento no art. 250, II, Regimento Interno do Tribunal, determinar ao Ministério da Saúde que, no prazo de noventa dias: 9.1.1. adote medidas junto à Consultoria Jurídica dessa pasta com o intuito de adequar os pareceres jurídicos referenciais para aquisição de medicamentos, de forma a abrangerem: (...) e ii) a orientação quanto à não divulgação, em edital de pregão, do preço estimado da contratação, conforme entendimento jurisprudencial desta Corte de Contas (Acórdãos 2.150/2015-TCU-Plenário e 2.080/2012-TCU-Plenário); (negritou-se)

Por sua vez, a Corte de Contas de Minas Gerais, seguindo a jurisprudência do TCU, também em análise de caso concreto nos autos do Processo nº 876.182 decidiu que:

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO – PREFEITURA MUNICIPAL – PRELIMINAR – CONHECIMENTO – MÉRITO – EDITAL DE PREGÃO – AUSÊNCIA DE PLANILHA DE PREÇOS UNITÁRIOS E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO –, NECESSIDADE DE AVALIAR SE A AUSÊNCIA É SUFICIENTE PARA ENSEJAR A RESPONSABILIZAÇÃO DO GESTOR – VALOR ORÇADO DIVERSO DE PREÇO MÁXIMO – NÃO CARACTERIZADA A RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME – PROVIMENTO

1 - Nos procedimentos licitatórios da modalidade pregão, o orçamento estimado em planilha pode constar, apenas, da fase interna, não necessitando estar publicado como anexo do edital, nos termos do art. 3º, III, da Lei 10520/02. (Relator: Conselheiro José Alves Viana - Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada no dia 04/03/2015)

Desta forma, verifica-se pelas jurisprudências reproduzidas supra que, a opção de se manter em sigilo o preço estimado, está coerente com o entendimento do TCU e do TCE-MG. Ademais, a própria Lei 14.133/2021 prevê tal possibilidade mediante justificativa, o que se faz no presente anexo.

Assim, considerando todo o exposto, bem como a experiência da própria administração municipal, o HOB, em harmonia com a Secretaria Municipal de Saúde/PBH, opta por divulgar o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

Registra-se porém, que o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo (inc. I do art. 24 da Lei nº 14.133/2021).



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO DE COMPRAS Nº 04-59/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024

GERÊNCIA REQUISITANTE: Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética – SANUT.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: Aline de Oliveira Podestar Ramos

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **Aquisição de gêneros alimentícios, sendo os lotes 06 e 08 para ampla concorrência e demais lotes exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.**, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CÓD. SICAM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
LOTE 01 EXCLUSIVO ME/EPP				
1	599	AÇÚCAR CRISTAL, QUALIDADE SUPERIOR, EMBALADO EM PACOTE DE 5 KG	KG	10.000
2	29414	BISCOITO TIPO ÁGUA, PACOTE COM 200 GRAMAS	PCT	20
3	30734	BISCOITO TIPO MAISENA, PACOTE COM 200 G	PCT	2.500
4	47423	MACARRÃO PAI NOSSO, SECO, COM OVOS, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22/09/2005, DA ANVISA	PCT	1.500
5	51568	MACARRÃO TIPO PENNE, COM OVOS, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22/09/2005, DA ANVISA	PCT	1.800
6	56346	ANILINA COMESTÍVEL, LÍQUIDA, COR AZUL, FRASCO COM 10 ML	FR	60
7	22715	ESSÊNCIA PARA CULINÁRIA, SABOR BAUNILHA, FRASCO COM 30 ML	FR	50
8	67623	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, DE ARROZ, SEM OVOS, SEM GLÚTEN, PACOTE COM 500 GRAMAS (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE +/- 50 GRAMAS)	PCT	10
LOTE 02 EXCLUSIVO ME/EPP				
9	3873	ACHOCOLATADO EM PÓ, EMBALAGEM COM 01 KG	KG	600
10	92835	EXTRATO DE TOMATE, LATA COM 350 GRAMAS (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 10%) CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 726/2022 (ANVISA)	LT	3800
11	51716	MOLHO DE TOMATE TRADICIONAL, SEM PIMENTA, SACHÊ (STAND-UP POUCH) COM 02 KG, VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE PESO DE ATÉ 5%	KG	800
12	24415	CREME DE LEITE, EMBALADO EM CAIXA COM 200 GRAMAS	UNID.	700
13	22773	LEITE CONDENSADO, LATA COM 395 GRAMAS	LT	200
14	8632	SAL REFINADO, IODADO, CONFORME RDC Nº 23/2013 (ANVISA), EMBALAGEM COM 01 KG	KG	2300
15	76774	MARGARINA VEGETAL, CREMOSA, COM SAL, NO MÍNIMO 75% DE LIPÍDEOS, BALDE PLÁSTICO COM 03 KG, CONFORME PORTARIA Nº 372, DE 04/09/97, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	BALDE	150
16	44567	CHOCOLATE GRANULADO, PACOTE COM 100 GRAMAS APROXIMADAMENTE	PCT	20
LOTE 03 EXCLUSIVO ME/EPP				
17	9745	ADOÇANTE DIETÉTICO, FRASCO COM VOLUME APROXIMADO DE 100 MILILITROS.	FR	1456
18	50304	ACHOCOLATADO EM PÓ, TIPO LIGHT, INSTANTÂNEO, ISENTO DE SACAROSE, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS	KG	134
19	99375	MISTURA PARA PREPARO INSTANTÂNEO DE MINGAU DE MILHO, COM AÇÚCAR, SEM LEITE, ACRESCIDO DE VITAMINAS E MINERAIS	KG	37
20	99387	MISTURA PARA PREPARO INSTANTÂNEO DE MINGAU DE ARROZ, COM AÇÚCAR, SEM LEITE, ACRESCIDO DE VITAMINAS E MINERAIS	KG	13
21	99438	MISTURA PARA PREPARO INSTANTÂNEO DE MINGAU SABOR AVEIA, COMPOSTO POR ATÉ DOIS TIPOS DE CEREAL SENDO UM DELES OBRIGATORIAMENTE AVEIA, COM AÇÚCAR, SEM LEITE, ACRESCIDO DE VITAMINAS E MINERAIS	KG	10



22	99386	MISTURA PARA PREPARO INSTANTÂNEO DE MINGAU SABOR MULTICEREAIS, COMPOSTO POR, NO MÍNIMO QUATRO TIPOS DE CEREAIS, ENTRE ELES TRIGO, ARROZ, AVEIA E MILHO, COM AÇÚCAR, SEM LEITE, ACRESCIDO DE VITAMINAS E MINERAIS	KG	25
23	61212	ALIMENTO À BASE DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, VITAMINAS E MINERAIS, SAL E AROMATIZANTES	KG	50
24	58123	LEITE DE SOJA, EM PÓ, INSTANTÂNEO, NATURAL, ISENTO DE LACTOSE E AÇÚCAR, ENRIQUECIDO COM CÁLCIO E VITAMINAS (A, D, E)	KG	60
25	82203	LEITE EM PÓ INTEGRAL, INSTANTÂNEO, ZERO LACTOSE, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53/2018 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)	KG	112
LOTE 04 EXCLUSIVO ME/EPP				
26	47433	FARINHA DE MILHO, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME PORTARIA Nº 554, DE 30/08/95, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22/09/2005, DA ANVISA	PCT	400
27	47432	FARINHA DE MANDIOCA, CRUA, SECA, FINA, TIPO 1, CLASSE BRANCA, PACOTE COM 1,0 KG, RESOLUÇÃO RDC Nº 263, DE 22/09/2005, DA ANVISA E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52/2011 (MAPA)	PCT	1500
28	5732	GELATINA EM PÓ, SABOR CEREJA, PACOTE COM 01 KG	PCT	60
29	5731	GELATINA EM PÓ, SABOR MORANGO, PACOTE COM 01 KG	PCT	60
30	26128	GELATINA EM PÓ, SABOR LIMÃO, PACOTE COM 01 KG	PCT	60
31	22775	GELATINA EM PÓ, SABOR UVA, PACOTE COM 01 KG	PCT	60
32	33819	GELATINA INCOLOR SEM SABOR, PACOTE COM 1 KG	PCT	200
33	49512	PÓ PARA PUDIM, SABOR CHOCOLATE, DIETÉTICO	KG	20
34	61224	PÓ PARA PUDIM, SABOR MORANGO, DIETÉTICO	KG	10
35	61242	PÓ PARA PUDIM, SABOR COCO, COM LEITE, PACOTE COM 01 KG	PCT	20
LOTE 05 EXCLUSIVO ME/EPP				
36	19495	AMENDOIM TORRADO, DESCASCADO, MOÍDO, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME RDC Nº 272/2005 (ANVISA)	PCT	20
37	41321	AMIDO DE MILHO, EM FARINHA, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	2.500
38	44566	FARINHA DE AVEIA, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	220
39	8619	AVEIA, EM FLOCOS FINOS, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 263 DE 22/09/2005 DA ANVISA	PCT	220
40	30733	BISCOITO TIPO CREAM CRACKER, PACOTE COM 200 GRAMAS	PCT	2.000
41	20153	BISCOITO DE POLVILHO, ASSADO, SEM SABOR	KG	80
42	22762	CANELA EM PÓ, PACOTE COM 30 GRAMAS	PCT	20
43	8635	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ, LATA COM 250 GRAMAS	LT	20
44	12708	LEITE EM PÓ, DESNATADO, INSTANTÂNEO, EMBALAGEM ALUMINIZADA COM 500 GRAMAS. COMPOSIÇÃO MÉDIA EM 100 GRAMAS: GORDURA 1,5%, LACTOSE 48%, PROTEÍNA 36%, UMIDADE MÁXIMA 4%	KG	175
45	49588	CHÁ DE CAMOMILA, PACOTE COM 200 GRAMAS APROXIMADAMENTE, EMBALAGEM EM PLÁSTICO TRANSPARENTE ROTULADO	PCT	70
46	9886	CHÁ DE MATE, TRADICIONAL, CAIXA COM 200 GRAMAS	CX	200
47	22779	ERVA DOCE - EMBALADO EM PACOTE, LACRADO E ROTULADO	KG	70
LOTE 06 AMPLA				
48	75876	AZEITE DE OLIVA, PURO, TIPO EXTRA VIRGEM, EMBALAGEM COM 500 ML.	UNID.	225
49	8661	CANJIQUEINHA DE MILHO, EMBALAGEM EM PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME PMA Nº 109, DE 24/02/1989, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	KG	585
50	4949	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, PACOTE COM 1 KG	KG	135
51	22766	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, SAFRA NOVA, PACOTE COM 01 KG	PCT	8.100



52	47685	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, SAFRA NOVA, PACOTE COM 01 KG, CONFORME PORTARIAS Nº 12 DE 12/04/1996 E Nº 161 DE 24/07/1987 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	KG	180
53	49515	ÓLEO COMPOSTO DE SOJA E AZEITE DE OLIVA VIRGEM (15 A 20%), REFINADO, EMBALAGEM COM 500 ML APROXIMADAMENTE.	UNID.	117
54	8624	TEMPERO ALHO E SAL, MÍNIMO 10% DE ALHO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS (CLORETO DE SÓDIO - MÁX. 80%)	KG	540
55	51720	VINAGRE (TIPO "AGRIN"), FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL E VINHO BRANCO, FRASCO COM 750 ML	FR	54
56	23771	CANELA EM PAU - EMBALADO EM PACOTE DE 100 GRAMAS, LACRADO E ROTULADO.	PCT	9
57	22976	ALECRIM EM PÓ, PACOTE COM 200 GRAMAS.	PCT	2
58	22772	COLORÍFICO TIPO COLORAU, PACOTE COM 01 KG.	PCT	450
59	22974	COMINHO EM PÓ, PACOTE COM 200 GRAMAS.	PCT	2
60	29408	LOURO MOÍDO, PACOTE COM 01 KG.	PCT	2
61	22971	MOLHO DE SOJA, PARA TEMPEROS DIVERSOS, FRASCO COM 900 ML, CONFORME RDC Nº 276/2005 (ANVISA)	FR	36
62	29410	NOZ MOSCADA, MOÍDA, PACOTE COM 01 KG.	PCT	9
63	22763	ORÉGANO, PACOTE COM 250 GRAMAS.	PCT	54
64	70103	SALSA DESIDRATADA, PACOTE COM 250 GRAMAS APROXIMADAMENTE.	PCT	14
65	70104	MANJERICÃO DESIDRATADO, PACOTE COM 200 GRAMAS APROXIMADAMENTE.	PCT	18
LOTE 07 EXCLUSIVO ME/EPP				
66	75876	AZEITE DE OLIVA, PURO, TIPO EXTRA VIRGEM, EMBALAGEM COM 500 ML	UNID.	25
67	8661	CANJIQUEIRA DE MILHO, EMBALAGEM EM PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME PMA Nº 109, DE 24/02/1989, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	KG	65
68	4949	FARINHA DE TRIGO, ESPECIAL, PACOTE COM 1 KG	KG	15
69	22766	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1, SAFRA NOVA, PACOTE COM 01 KG	PCT	900
70	47685	FEIJÃO PRETO, TIPO 1, SAFRA NOVA, PACOTE COM 01 KG, CONFORME PORTARIAS Nº 12 DE 12/04/1996 E Nº 161 DE 24/07/1987 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	KG	20
71	49515	ÓLEO COMPOSTO DE SOJA E AZEITE DE OLIVA VIRGEM (15 A 20%), REFINADO, EMBALAGEM COM 500 ML APROXIMADAMENTE	UNID.	13
72	8624	TEMPERO ALHO E SAL, MÍNIMO 10% DE ALHO, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS (CLORETO DE SÓDIO - MÁX. 80%)	KG	60
73	51720	VINAGRE (TIPO "AGRIN"), FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL E VINHO BRANCO, FRASCO COM 750 ML	FR	6
74	23771	CANELA EM PAU - EMBALADO EM PACOTE DE 100 GRAMAS, LACRADO E ROTULADO	PCT	1
75	22976	ALECRIM EM PÓ, PACOTE COM 200 GRAMAS	PCT	1
76	22772	COLORÍFICO TIPO COLORAU, PACOTE COM 01 KG	PCT	50
77	22974	COMINHO EM PÓ, PACOTE COM 200 GRAMAS	PCT	1
78	29408	LOURO MOÍDO, PACOTE COM 01 KG	PCT	1
79	22971	MOLHO DE SOJA, PARA TEMPEROS DIVERSOS, FRASCO COM 900 ML, CONFORME RDC Nº 276/2005 (ANVISA)	FR	4
80	29410	NOZ MOSCADA, MOÍDA, PACOTE COM 01 KG	PCT	1
81	22763	ORÉGANO, PACOTE COM 250 GRAMAS	PCT	6
82	70103	SALSA DESIDRATADA, PACOTE COM 250 GRAMAS APROXIMADAMENTE	PCT	1
83	70104	MANJERICÃO DESIDRATADO, PACOTE COM 200 GRAMAS APROXIMADAMENTE	PCT	2
LOTE 08 AMPLA				
84	22655	AMEIXA SECA, PRETA, SEM SEMENTE	KG	45
85	8618	ARROZ, BENEFICIADO, POLIDO, LONGO, FINO, TIPO 1, EMBALADO EM PACOTE COM 5 QUILOGRAMAS, UMIDADE MÁXIMA 14%, MÁXIMO DE QUEBRADOS 10%	KG	27000



86	34579	BATATA TIPO PALHA	KG	72
87	8633	COCO DA BAHIA, RALADO, AÇUCARADO, COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 35% DE LÍPIDIOS, MÁXIMO DE 30% DE AÇÚCAR, COCO RALADO, EMBALAGEM ALUMINIZADA COM 500 GRAMAS, CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 272 DE 22/09/2005 DA ANVISA	KG	9
88	8663	CANJICA BRANCA, MISTURADA, DESPELICULADA, TIPO 1, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME PORTARIA Nº 109, DE 24/02/1989, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	KG	27
89	44559	CREME DE MILHO, EM PÓ, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	1080
90	22798	FUBÁ TIPO MIMOSO, FINO, PACOTE COM 01 KG	PCT	1170
91	5733	FARINHA ALIMENTÍCIA, PÓ PARA CURAU, COM LEITE, PACOTE COM 01 KG	PCT	18
92	22777	GELATINA EM PÓ, SABOR FRAMBOESA, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	180
93	22776	GELATINA EM PÓ, SABOR MORANGO, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	180
94	38090	GELATINA EM PÓ, SABOR ABACAXI, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	180
95	38092	GELATINA EM PÓ, SABOR LIMÃO, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	180
96	83072	PAÇOCA COMPOSTA POR AMENDOIM COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, TABLETE EMBALADO INDIVIDUALMENTE, PESO APROXIMADO DE 20 GRAMAS (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%)	UNID.	1800
97	83073	GOIABADA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, GOIABA COMO PRIMEIRO INGREDIENTE (MÍNIMO 70%), TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	900
98	83074	COCADA BRANCA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CONTENDO NO MÍNIMO 70% DE COCO NATURAL, TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	900
99	83075	BANANADA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, MÍNIMO DE 70% DE BANANA EM SUA COMPOSIÇÃO, TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	1800
100	83076	DOCE DE LEITE, COMPOSTO POR DE LEITE INTEGRAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	1350
101	76775	GOIABADA PASTOSA, HOMOGÊNEA, COM POLPA DE GOIABA, ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ISENTO DE SUJIDADES PRÓPRIAS DA FRUTA, EMBALAGEM COM 4,5 KG (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10%)	LATA	9
102	76776	DOCE DE LEITE CREMOSO, PRODUZIDO COM LEITE INTEGRAL, LIVRE DE CORANTES E ESPESSANTES, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 5 KG.	LATA	9
103	51579	TRIGO PARA QUIBE, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME RDC Nº 263/2005 (ANVISA)	PCT	136
104	22654	UVA TIPO PASSAS, PRETA, SEM SEMENTE	KG	11
LOTE 09 ME/EPP				
105	22655	AMEIXA SECA, PRETA, SEM SEMENTE	KG	5
106	8618	ARROZ, BENEFICIADO, POLIDO, LONGO, FINO, TIPO 1, EMBALADO EM PACOTE COM 5 QUILOGRAMAS, UMIDADE MÁXIMA 14%, MÁXIMO DE QUEBRADOS 10%	KG	3000
107	34579	BATATA TIPO PALHA	KG	8
108	8633	COCO DA BAHIA, RALADO, AÇUCARADO, COMPOSIÇÃO: MÍNIMO DE 35% DE LÍPIDIOS, MÁXIMO DE 30% DE AÇÚCAR, COCO RALADO, EMBALAGEM ALUMINIZADA COM 500 GRAMAS, CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 272 DE 22/09/2005 DA ANVISA	KG	1
109	8663	CANJICA BRANCA, MISTURADA, DESPELICULADA, TIPO 1, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME PORTARIA Nº 109, DE 24/02/1989, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	KG	3
110	44559	CREME DE MILHO, EM PÓ, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	120
111	22798	FUBÁ TIPO MIMOSO, FINO, PACOTE COM 01 KG	PCT	130
112	5733	FARINHA ALIMENTÍCIA, PÓ PARA CURAU, COM LEITE, PACOTE COM 01 KG	PCT	2
113	22777	GELATINA EM PÓ, SABOR FRAMBOESA, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	20
114	22776	GELATINA EM PÓ, SABOR MORANGO, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	20
115	38090	GELATINA EM PÓ, SABOR ABACAXI, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	20



116	38092	GELATINA EM PÓ, SABOR LIMÃO, DIETÉTICA, PACOTE COM 12 GRAMAS	PCT	20
117	83072	PAÇOCA COMPOSTA POR AMENDOIM COMO PRIMEIRO INGREDIENTE, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, TABLETE EMBALADO INDIVIDUALMENTE, PESO APROXIMADO DE 20 GRAMAS (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%)	UNID.	200
118	83073	GOIABADA SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, GOIABA COMO PRIMEIRO INGREDIENTE (MÍNIMO 70%), TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	100
119	83074	COCADA BRANCA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, CONTENDO NO MÍNIMO 70% DE COCO NATURAL, TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	100
120	83075	BANANADA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, MÍNIMO DE 70% DE BANANA EM SUA COMPOSIÇÃO, TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	200
121	83076	DOCE DE LEITE, COMPOSTO POR DE LEITE INTEGRAL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, TABLETE COM 20 GRAMAS, EMBALADO INDIVIDUALMENTE, VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 25%	UNID.	150
122	76775	GOIABADA PASTOSA, HOMOGÊNEA, COM POLPA DE GOIABA, ADIÇÃO DE AÇÚCAR, ISENTO DE SUJIDADES PRÓPRIAS DA FRUTA, EMBALAGEM COM 4,5 KG (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 10%)	LATA	1
123	76776	DOCE DE LEITE CREMOSO, PRODUZIDO COM LEITE INTEGRAL, LIVRE DE CORANTES E ESPESSANTES, ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM DE 5 KG.	LATA	1
124	51579	TRIGO PARA QUIBE, PACOTE COM 500 GRAMAS, CONFORME RDC Nº 263/2005 (ANVISA)	PCT	14
125	22654	UVA TIPO PASSAS, PRETA, SEM SEMENTE	KG	1
LOTE 10 EXCLUSIVO ME/EPP				
126	44561	MACARRÃO ESPAGUETE, COMPOSTO DE FARINHA DE ALTA QUALIDADE, MASSA COM OVOS, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	4000
127	44562	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, COMPOSTO DE FARINHA DE ALTA QUALIDADE, MASSA COM OVOS, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	3000
128	61228	MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO, COMPOSTO DE FARINHA DE TRIGO DE ALTA QUALIDADE, MASSA COM OVOS, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	100
129	44564	MASSA ALIMENTÍCIA, PARA LASANHA, COMPOSTO DE FARINHA DE ALTA QUALIDADE, MASSA COM OVOS, PACOTE COM 500 GRAMAS	PCT	90
130	8646	MILHO VERDE EM CONSERVA, LATA COM PESO, DRENADO, DE 2 KG, CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 272, DE 22/09/2005, DA ANVISA	UNID.	200
131	4112	ÓLEO DE SOJA, REFINADO, LATA COM 900 MILILITROS	LT	2500
132	22700	SAL REFINADO, IODADO, PACOTE (SACHÊ) COM 1 GRAMA	CX	1
133	99376	PÃO DE FÔRMA, SEM GLÚTEN, SEM LACTOSE, SEM CORANTES, SEM CONSERVANTES, EMBALAGEM COM 300 GRAMAS (VARIAÇÃO ACEITÁVEL DE ATÉ 100 GRAMAS)	PCT	5
134	54604	LEITE DE COCO, EXTRAÍDO DO COCO DA BAHIA, TEOR DE GORDURA MÍNIMO DE 25%, EMBALAGEM EM VIDRO COM 200 ML	UNID	100
LOTE 11 EXCLUSIVO ME/EPP				
135	65016	SUCO DE UVA, NATURAL, PRONTO PARA BEBER, ADOÇADO, NÃO FERMENTADO, ACONDICIONADO EM CAIXA TIPO "LONGA VIDA", ABERTURA COM TAMPA, VOLUME 1 LITRO	UNID	600
136	65018	SUCO DE MANGA, NATURAL, PRONTO PARA BEBER, ADOÇADO, NÃO FERMENTADO, ACONDICIONADO EM CAIXA TIPO "LONGA VIDA", ABERTURA COM TAMPA, VOLUME 1 LITRO	UNID	600
137	77657	SUCO DE CAJU, NATURAL, PRONTO PARA BEBER, ADOÇADO, NÃO FERMENTADO, ACONDICIONADO EM CAIXA TIPO "LONGA VIDA", ABERTURA COM TAMPA, VOLUME DE 01 LITRO	UNID	600
138	76779	SUCO TIPO NECTAR DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, SABOR UVA, EMBALAGEM TIPO LONGA VIDA COM 200 ML (VARIAÇÃO ACEITÁVEL +/- 5%), ROTULADO CONFORME LEGISLAÇÃO (REGULAMENTADO PELA LEI Nº 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994), COM CANUDO DEVIDAMENTE EMBALADO E ANEXADO À EMBALAGEM, INGREDIENTES MÍNIMOS: ÁGUA, SUCO DE POLPA DA FRUTA COM, NO MÍNIMO, 30% DE FRUTA, EDULCORANTE E CONSERVANTE EM QUANTIDADES PERMITIDAS PELA LEGISLAÇÃO	UNID	200
LOTE 12 EXCLUSIVO ME/EPP				
139	54855	CAFÉ EM PÓ HOMOGÊNEO, TORRADO E MOIDO, PACOTE COM 500 GRAMAS, EM EMBALAGEM COM ATMOSFERA INERTIZADA OU EM EMBALAGEM A VÁCUO,	KG	2.700



		PONTUAÇÃO NA ESCALA DE QUALIDADE GLOBAL (DE 0 A 10): 4,5 A 6, MÁXIMO 15% EM PESO DE GRÃOS COM DEFEITOS		
--	--	--	--	--

1.2.Os bens, objeto desta contratação, não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme Decreto Municipal nº 17.726/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de materiais de assistência hospitalar.

1.3.Os bens, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.4. Os bens a serem adquiridos foram parcelados para o cumprimento Lei Complementar n.º 123/2006

2. DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados a partir da data da última assinatura das partes, do contrato, podendo ser prorrogado até a vigência máxima de **10 (dez) anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de fornecimento continuado.

1.4.2.O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que trata-se de aquisição de materiais de gêneros alimentícios.

2.1.3. O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, desde que observados o interregno mínimo de 1 (UM) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a contratação da seguinte forma: os itens necessários para compor o grupo de cardápios variados da Unidade do Serviço de Nutrição e Dietética da GNUT (SND-GNUT), por um período de 12 (doze) meses, planejados para o atendimento às necessidades calórico/nutricionais, particularidades e tolerâncias dos pacientes do complexo Hospital Metropolitano Odilon Behrens (HOB) - UHNSA, NCA, SND/HOB, Casa da Gestante -HOB.

Foram necessárias alterações nos quantitativos de alguns itens, com o objetivo principal a melhoria nos cardápios e oferta de preparações com maior variedade, com itens que promovam mais sabor, consistência, rendimento e coloração, mantendo constante o olhar na concentração de açúcar, sódio e gorduras.

As alterações foram feitas de forma responsável, com intuito de melhoria nas adequações às ofertas das refeições, com implantação de novas preparações, já validadas em nossa cozinha experimental, por meio de técnicas dietéticas e registro Alimentar do paciente. Em contrapartida às necessidades de crescimento de quantitativos, vários outros itens sofreram reduções significativas (25 itens, totalizando 24,8% dos itens), com adequação na oferta de insumos menos processados e com maior poder de sabor e coloração. Sendo assim, 21 itens sofreram aumento em seus quantitativos em decorrência do crescente atendimento de refeições ao longo do período de 12 meses. Outro fato importante a se destacar é que, durante o planejamento de compra destes gêneros alimentícios para 2022/2023, vários itens foram reduzidos em decorrência da adesão à Ata de Registro de Preços da Secretaria Municipal de Saúde. Porém, no primeiro trimestre de vigência da adesão, contratos foram reincididos, impedindo a SANUT-GNUT em compartilhar os itens. Para cobrir a demanda anual, foram necessários aditivos e remanejamentos de cardápios.

Dentre as alterações com necessidade de acréscimos para o cumprimento dos cardápios, seguem as devidas justificativas:

AÇÚCAR CRISTAL: Item utilizado para adoçar bebidas e preparações doces, com intuito de possibilitar a aceitação de preparações que não oferece sabor atrativo com os ingredientes da receita: mingaus, café com leite, café, leite com açúcar queimada (queimadinha), suplementos artesanais, sucos para correção de glicemias, gelatinas, sobremesas doces, dentre outros;

BISCOITO MAISENA: Alimento utilizado para a personalização de lanches aos pacientes com intolerância ou não aceitação de pães, conforme prescrição da Equipe de Suporte Nutricional da GNUT;

ACHOCOLATADO e ACHOCOLATADO DIET: Utilizado para o preparo de bebidas lácteas e papas homogêneas que compõem o cardápio de lanches para os pacientes do complexo do HMOB. Destaco que por meio de um consenso entre nutricionistas da ESNEP e SND, ficou decidida a retirada da preparação de leite com café do cardápio da pediatria, tendo em vista a sua baixa aceitação e ao seu efeito estimulante (insônia, agitação, irritabilidade), interferência negativa na absorção do ferro e cálcio e poder de irritação da mucosa do TGI alto. Para a substituição do café com leite, foi planejada a oferta de achocolatado. Com o aumento da demanda pediátrica e da frequência do insumo nos cardápios, o quantitativo



planejado para a última compra não atenderá à demanda;

EXTRATO DE TOMATE e COLORÍFICO: Itens utilizados para colorir e compor preparações como molhos para carne, macarronadas, sopas, pratos únicos distribuídos no jantar aos pacientes com indicação de dieta livre e acompanhantes. É importante destacar que, além do aumento da demanda de pacientes em todas as enfermarias e CTI's do HMOB, o protocolo de atendimento aos pacientes do pronto socorro (PS) e UPA sofreu alteração, incluindo o fornecimento de ceia a todos os pacientes com AIH e, para os pacientes atendidos no PS com prescrição dietética;

CREME DE LEITE: Utilizado para preparações com necessidade de alteração na consistência (disfagia) e preparações de sobremesas.

Além das utilizações nas preparações acima, foi inserida ao elenco de dietas do manual da GNUT, a dieta cetogênica, que consiste em preparações com proporções mínimas de carboidrato (10%) e maior aporte lipídico (70%), ficando a proteína com 20%. O objetivo dessa dieta é estimular a produção de corpos cetônicos no organismo, para maior controle de crises convulsivas refratárias, distúrbios neuropsiquiátricos, como Alzheimer, Parkinson e esclerose múltipla. Essa dieta apresentou resultados positivos na assistência e sua prescrição passou a ser rotineira na instituição, principalmente nos setores pediátricos;

CEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL, SABORES ARROZ E MULTICEREAIS E FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM VITAMINAS : Alimentos utilizados para o preparo de misturas lácteas e suplementos infantis. Essa estratégia tem como finalidade a melhora da aceitação dos lanches lácteos pelas crianças maiores de 3 anos, que apresentam rejeição importante ao leite puro.

Outro fato que contribuiu para o aumento do consumo deste insumo foi a inserção de preparações com essas farinhas no cardápio semanal do SND, em substituição do café com leite, discutido e acordado em colegiado com a equipe de suporte nutricional – ESNEP, devido às vantagens nutricionais da troca.

LEITE EM PÓ ISENTO DE SACAROSE: Item utilizado em situações de intolerância à lactose, sendo, portanto, as únicas opções de oferta lácteas aos pacientes com este diagnóstico. As indicações de dietas e/ou Esquemas de Adequações Nutricionais Personalizadas (EANP) de dietas sem lactose prescritas por nutricionistas e pediatras, tem mantido o aumento anual, em especial, nos setores pediátricos do HMOB, elevando consideravelmente o consumo destes insumos (ver comparativo de produção). A manutenção do quantitativo anterior pode colocar em risco o cardápio para essa população.

AVEIA EM FLOCOS FINOS – Item utilizado para compor o cardápio de lanches (desjejum, lanche da tarde e ceia) elaborados para os pacientes com indicação de dietas para controle glicêmico, constipação intestinal, consistência pastosa e abrandada, vitaminas de frutas, além de esquemas prescritos pela ESNEP.

FEIJÃO CARIOCA- Item utilizado para compor os cardápios das grandes refeições (almoço e jantar), sendo este importante fonte de fibras, ferro e proteína. O aumento se faz necessário tendo em vista o aumento da demanda nos últimos meses, conforme planilha de produção.

TEMPERO ALHO E SAL: Item utilizado para temperar as refeições salgadas do SND, sendo indispensável para o preparo. Necessária a alteração devido ao aumento na produção das grandes refeições (almoço e jantar);

ARROZ BRANCO, BENEFICIADO: Item utilizado para compor os cardápios das grandes refeições (almoço e jantar), sendo considerada uma preparação insubstituível em decorrência do hábito alimentar dos brasileiros. Este item configura importante fonte de energia e o aumento do seu consumo seguiu o crescente atendimento em 2023, decorrentes das alterações do atendimento no PS e aumento da demanda;

MACARRÃO ESPAGUETE E TIPO PARAFUSO: Itens utilizados para compor as grandes refeições, sendo com maior frequência o jantar (Prato único). O aumento destes itens segue a mesma justificativa do aumento na demanda;

SUCO DE FRUTAS NATURAL, SABORES: Itens utilizados para o atendimento às demandas assistenciais, com aumento significativo nas solicitações da equipe de suporte nutricional, em especial ao público pediátrico;

CAFÉ EM PÓ, TORRADO: Insumo utilizado para o preparo de bebidas oferecidas nos lanches (desjejum, lanche da tarde e ceia) que apresentou importante crescimento no consumo, devido ao crescente atendimento.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A Unidade de Alimentação e Nutrição - UAN, em especial o Serviço de Nutrição e Dietética – SND é responsável pelo planejamento e preparo das refeições de acordo com o público a quem se destina (pacientes hospitalizados, com diferentes



doenças concomitantes, necessidades nutricionais e intolerâncias alimentares) e com as oscilações da demanda. Para garantir a qualidade e o melhor custo na produção de refeições o SND deve manter o controle dos processos, com atuação e intervenções seguras e em tempo hábil, de forma a prevenir desperdícios e manter a segurança alimentar e nutricional. Por essa razão, a modalidade utilizada no SND-GNUT atualmente é a autogestão, no qual as refeições são planejadas e produzidas no próprio setor, para serem distribuídas de forma segura e controlada e a compra dos Gêneros alimentícios é parte desse planejamento. Nossa produção de refeições conta com profissionais treinados e capacitados para acompanhar e executar fluxos e processos que assegurem um produto final seguro e livre de contaminantes, sejam eles microbiológicos, químicos ou físicos, participando e fiscalizando todas as etapas da produção de refeições, da aquisição dos insumos (incluindo aqui os gêneros alimentícios) à distribuição segura da refeição pronta. A autogestão possibilita também uma maior flexibilidade na individualização da conduta dietética, já que um número expressivo de pacientes exige adequações nutricionais devido a alergias, intolerâncias ou recusa alimentares, questões psiquiátricas, autismo, pacientes pediátricos entre outros, o que pode provocar ou agravar quadros de desnutrição, aumentando consideravelmente o tempo de internação e os custos hospitalares.

4.2. Outra estratégia para a oferta de refeições aos pacientes seria o manejo das refeições transportadas, onde todos os fluxos são executados em unidades externas à instituição e as preparações são transportadas já preparadas em cubas térmicas ou porcionadas em marmitas. Nessa modalidade há um enorme risco de perda da qualidade da refeição, já que necessita de um rigoroso controle do binômio tempo/temperatura, além de incrementos com equipamentos específicos e exclusivos para o transporte, armazenamento e distribuição. Essa modalidade não atende ao perfil de nossa instituição, pois aumenta os riscos de desperdícios ou omissão de atendimento, além de contar com horários de cortes de solicitações inflexíveis, impossibilitando o atendimento a todas as demandas da assistência como liberações imediatas de dieta, progressões e principalmente regressões de consistências, muito frequentes em nossa rotina, correções de algumas hipoglicemias, individualizações de cardápios para necessidades específicas, entre outros fatores.

4.4. Em se tratando da contratação de empresa para terceirização de refeições, além dos altos custos praticados nos contratos, destacamos o incremento financeiro da manutenção da equipe de fiscalização e de sua gestão, além dos funcionários efetivos que já fazem parte do quadro atual do SND e não podem ser desligados. Essa modalidade de produção de refeições apresenta vários dificultadores para um atendimento de qualidade, como a mesma inflexibilidade de horário para solicitações, alterações, progressões ou regressões de refeições exemplificados na refeição transportada, além da morosidade em relação à melhorias e adequações nos cardápios, condicionadas ao prazo mínimo de 01 (um) ano, devido a vigência do contrato. Os ajustes necessários vivenciados na rotina do HOB, como aumentos repentinos na demanda, contingências, abertura de novos leitos ou mesmo a necessidade de individualização de refeições dos pacientes também ficariam comprometidos.

4.5. A nutrição dos pacientes hospitalizados com sua enorme gama de doenças é direcionada por constantes estudos e atualizações nas recomendações de nutrientes, direcionadas por publicações em Guidelines. Os cardápios de refeições em ambiente hospitalar devem sofrer constantes revisões para estarem de acordo com as recomendações e possibilitarem o atendimento correto às necessidades dos pacientes internados, sendo a vinculação a um contrato de fornecimento de refeições inviabilizadora dessa eficiência.

Diante do relatado, a opção pela auto gestão na produção de refeições e manutenção da compra dos gêneros alimentícios por nossa instituição reforça nosso compromisso com a assistência de qualidade aos nossos pacientes, levando em consideração o melhor custo benefício e atendimento atualizado às recomendações científicas para as reais necessidades do usuário.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da indicação de marcas ou modelos:

Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

5.2. Da apresentação de prospectos e manuais:

5.2.1. Não serão exigidos prospectos e manuais.

5.3. Da apresentação de amostras

5.3.1. A exigência de amostra ou prova de teste objetiva verificar se as características do que foi proposto pelo licitante corresponde às especificações técnicas estabelecidas pela Administração no ato convocatório. Com essa avaliação, a Administração afere os parâmetros de desempenho, as funcionalidades do material, bem como a qualidade do objeto em face das especificações do edital e da proposta vencedora, conforme inciso II, art 41 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.2. Serão solicitadas as amostras de todos os itens contratados, podendo ficar a cargo da Equipe Técnica do SND-GNUT a dispensa de marcas que mantiveram o rendimento, sabor textura e qualidade esperados na vigência anterior.

5.3.3. As amostras deverão apresentar-se etiquetadas, contando identificação da empresa vencedora do certame, número do prego, número do lote e do item.

5.3.4. As amostras deverão ser entregues no setor de licitações do HMOB (SECOL), sem qualquer ônus para a administração, respeitando o prazo estabelecido no edital, sob pena de desclassificação.

5.3.5. Justificativa: As avaliações passam por etapas criteriosas, realizadas por meio de testes organolépticos, cocção, envase e rotulagem, analisados individualmente pela equipe de nutricionistas e técnicos de nutrição da unidade do SND-GNUT (Serviço de Nutrição e Dietética).

5.3.5.1. A primeira fase do teste é avaliada as condições das embalagens, no que se referem à resistência, integridade, segurança contra contaminações químicas, físicas e biológicas, material e vedação efetiva. Nessa etapa, também é realizada a avaliação da rotulagem do insumo, no qual deve apresentar informações referentes a lote, data de fabricação, data de validade, informações nutricionais, ingredientes, além da marca do produto e, quando necessário pela legislação, selo do órgão fiscalizador. Por esse motivo, é necessário que a amostra seja apresentada em sua embalagem original.

5.3.5.2. No teste organoléptico, são avaliadas as características sensoriais do alimento ou bebida, que incluem o paladar, odor, cor da textura e está relacionado à forma como matéria-prima se apresenta: se sólida ou líquida, pó de grânulos, cristalina ou amorfa. Nessa etapa, a equipe técnica do setor avalia a integridade dos grãos, presença de substância estranha, textura, odor e coloração. Quanto ao sabor, é realizada a prova de degustação, que enfatiza o sabor característico do alimento cotado, sem a detecção de sabores que não são inerentes às características do alimento testado (presença de aditivos, dentre outros). Apesar de subjetiva, a avaliação organoléptica não deve ser negligenciada, já que exerce grande importância no resultado final das preparações e, conseqüentemente, na aceitação das refeições pelos comensais, além de ser simples de ser executada e de baixo custo.

5.3.5.3. A última etapa do teste, o insumo é submetido à cocção, quando se aplica a essa necessidade, comprovando o seu rendimento, tempo de preparo e aparência final. Nessa fase, o quantitativo de amostras deverá ser coerente com os maquinários do setor.

5.3.5.4. Após a realização dos testes, os itens que apresentarem discordância com o descritivo ou reprovação nas fases de cocção ou avaliação organoléptica, acarretará na desclassificação do licitante no item reprovado.

5.3.5.5. O licitante poderá apresentar laudo laboratorial físico, químico e bromatológico do lote do item entregue no ato da fase das amostras, sem qualquer ônus para a administração.

5.3.5.6. O setor emitirá o parecer técnico concluído a validação da compra ou desclassificação do licitante. Os resultados serão divulgados no sistema eletrônico.

5.3.6. No que se relaciona à amostra do item 121 deve ser observado o seguinte:

5.3.6.1. Para fins de adequabilidade do produto em face das exigências editalícias e dos parâmetros obrigatórios definidos em legislação, deverão ser entregues pelo licitante, amostras do café na embalagem comercial definida no presente edital.

5.3.6.2. As amostras apresentadas e o (s) laudo (s) de microscopia e umidade devem estar em conformidade com o especificado.

5.3.6.3. Será desclassificada a proposta cujas amostras e/ou laudo (s) que estejam em desacordo com as exigências do edital e/ou da legislação aplicável.

5.3.6.4. A critério da Administração Municipal, as amostras do café em pó poderão ser encaminhadas para análise, quando o produto apresentar gosto residual não característico, amargor potencializado, rendimento e consistência divergente do especificado.

5.3.6.5. As amostras poderão ser encaminhadas para o Sindicato e Café de Belo Horizonte – SINDICAFÉ, Instituto de tecnologia de Alimentos – ITAL ou pelo Núcleo Global de Análise e Pesquisa – NUGAP para verificação do atendimento aos padrões estabelecidos de microscopia e umidade e verificação do enquadramento do café em pó dentro da margem estabelecida de 4,5 a 6,0 da escala sensorial, conforme especificação constante no lote único deste edital.



5.3.6.6. É importante destacar que todos os encargos das análises serão de responsabilidade do contratado.

5.3.7. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.3.8. O licitante arrematante deverá entregar **01 (uma) amostra de cada um dos itens que compõem o lote**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a convocação do pregoeiro no "chat de mensagens" lote arrematado.

5.3.9. As amostras deverão ser entregues em embalagem original ou nas quais serão entregues os materiais contendo as informações gerais do mesmo.

5.3.10. A amostra colocada à disposição da Administração será tratada como protótipo, podendo ser manuseado e desmontado pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.3.11. As amostras deverão estar devidamente identificadas, preferencialmente com etiqueta autocolante, constando o nome da empresa, a especificação do produto, nº do pregão e demais informações que julgar necessárias.

5.3.12. As amostras deverão ser entregues nas dependências do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

5.3.13. No caso de não haver entrega das amostras ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas, o licitante será desclassificado.

5.3.14. As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.3.15. As amostras da empresa vencedora serão retidas pela Administração e poderão ser encaminhadas às unidades receptoras dos bens para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega.

5.3.16. Os critérios abaixo também nortearão a análise das amostras:

I) Rotulagem do item:

- a) Razão social e endereço do fabricante/importador;
- b) Descrição do conteúdo na embalagem externa;
- c) Descrição de esterilidade;
- d) Código do lote na embalagem externa;
- e) Data de fabricação;
- f) Prazo ou data de validade;
- g) Nome do responsável técnico pelo produto, se for o caso;
- h) Número de registro e regularidade do produto na ANVISA;
- i) Orientações de uso do produto;

II) Embalagem do item:

- j) Integridade da embalagem (ausência de furos, rasgos);
- k) Identificação do local de abertura da embalagem;
- l) Facilidade no processo de abertura da embalagem;
- m) Abertura da embalagem dificulta ou impede a possibilidade de contaminação do produto;
- n) Embalagem promove a proteção devida do produto.

III) Inspeção visual do item:

- o) Ausência de corpo estranho;
- p) Ausência de deformidades;

5.3.11. A amostra apresentada deve corresponder à marca do produto apresentado na proposta Comercial.

5.3.12. As licitantes que não apresentarem as amostras e/ou catálogos técnicos nas condições acima estabelecidas serão excluídas do processo licitatório.

5.3.13. Os resultados das avaliações serão divulgados no sistema eletrônico.



5.3.14. Se as amostras apresentadas pelo primeiro classificado não forem aceitas, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras do segundo classificado e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.3.15. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes que tiveram suas amostras reprovadas no prazo de 90 (noventa) dias, após o qual a Administração poderá dar o destino que melhor lhe convier, sem direito a ressarcimento.

5.4. Subcontratação

5.4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.

5.5. Da participação de consórcios:

5.5.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos bens a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

5.6. Garantia da contratação

5.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão da especificidade do objeto, em observância ao princípio da economicidade, pois a exigência de garantia poderá onerar o contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Forma de fornecimento:

6.1.1. O fornecimento dos bens será parcelado de acordo com a demanda, conforme a necessidade do Hospital.

6.2. Condições de Entrega:

6.2.1. O prazo máximo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor.

6.2.2. Os bens deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, sem violações, no seguinte endereço:

6.2.2.1. Local para entrega: Hospital Metropolitano Odilon Behrens -HOB: Rua Saldanha Marinho, s/nº, Bairro Lagoinha, Belo Horizonte/MG.

6.2.3. Os materiais deverão ser descarregados e entregues no interior dos locais designados para a entrega.

6.2.4. O custo referente ao transporte dos bens será de responsabilidade única da Contratada e deverá ser transportado de acordo com a legislação sanitária, se for o caso.

6.2.5. É vedada, tanto a entrega dos materiais por parte do contratado, quanto o recebimento dos mesmos pelo HOB, com marcas diferentes das aprovadas e devidamente publicadas no DOM – Diário Oficial do Município.

6.2.6. A contratada somente poderá entregar os bens nos horários e locais estabelecidos pelo HOB. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização dos materiais, além das exigências e padrões definidos neste Termo de Referência.

6.3. Prazo de validade/garantia dos materiais:

6.3.1. Os Insumos perecíveis apresentam vida de prateleira diferentes, as validades dos itens devem estar de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, que variam de 02 (dois) a 12 (doze) meses.

6.3.2. A garantia dos materiais contra defeitos de fabricação, vícios ou incompatibilidade de aplicação frente ao descritivo, observará o disposto no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.



7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.2. As comunicações entre o HOB e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O HOB poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do Contrato, o HOB poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição do resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores do HOB:

- a) Gestor do Contrato: Alexandre Magno Coelho, HM 7523-1, Gerente, Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética/HMOB, Lotação SANUT/HMOB.
- b) Fiscal Técnico: Alessandra Jozelia de Lima Brito, HM 06931-2, Cargo: Nutricionista
- c) Fiscal Técnico Substituto: Liliane Monteiro de Barros, HM 6406-0, Cargo: Nutricionista.
- d) Fiscal Administrativo: Anderson Fernando dos Santos, HM 6408-6, Agente Executivo Governamental, Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética/HMOB, Lotação SANUT/HMOB.
- e) Fiscal Administrativo Substituto: Guilherme Bruno Felisberto, HM 5603-2, Agente Executivo Governamental, Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética/HMOB, Lotação SANUT/HMOB.

8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

8.1. Recebimento do Objeto:

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta comercial e no Contrato.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Com base no objeto e suas necessidades e no recebimento e conferência, o prazo para SUBSTITUIÇÃO deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação enviada à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a manipulação, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal



ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.2. Prazo de pagamento:

8.2.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis, contados do adimplemento, com processamento a ser efetuado pela Gerência de Orçamento e Finanças do HOB – GEOF-HOB.

8.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

8.2.3. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

8.2.4. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

8.3. Forma de pagamento

8.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8.3.1.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

8.3.1.2. A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

8.3.1.3. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e materiais elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

8.3.1.4. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

8.3.1.5. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

9.1.1.1. Justificativa para a escolha do critério de julgamento: a aquisição em lotes se faz necessária, conforme nos anos anteriores pelo número de itens a serem entregues com o intuito de facilitar o recebimento do Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética, tendo em vista que estão agrupados pelas características dos insumos e de forma que viabilize a compra e a entrega dos itens de pouca expressão financeira, com maior chance de sucesso na aquisição/contratação e ampliando a concorrência via Certame Licitatório, mas indispensáveis ao Serviço de Nutrição e Dietética desta Instituição.

9.2. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.2.1. Habilitação jurídica:

9.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins



de identificação em todo o território nacional;

9.2.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.2.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.2.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.2.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

9.2.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

9.2.2.6. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

9.2.2.7. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

9.2.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.2.4. Qualificação Técnica



9.2.4.1. Para todos os itens:

9.2.4.1.1. Alvará Sanitário (da empresa ofertante), expedido pela Vigilância Sanitária, comprovando o objeto para o qual está autorizada a funcionar.

9.2.4.2. Documento de qualificação técnica exigível para o item 121:

9.2.4.2.1. A marca deve possuir laudo no Programa de Qualidade do Café (PQC) da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), em plena validade, ou laudo de avaliação do café emitido por laboratório credenciado junto ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS, os quais estão habilitados a realizar ensaios em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária.

9.2.4.2.2. Será exigido a apresentação de Laudo(s) laboratorial(s) de Microscopia (matéria estranha e impurezas) e de umidade para o café torrado e moído, que deve ser da MESMA MARCA do produto cotado pelo licitante.

9.2.4.2.3. O(s) Laudo(s) laboratorial(ais) de Microscopia deve ser proveniente de laboratório habilitado a realizar ensaios em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária, tais como os credenciados à ABIC ou credenciados ao Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da Rede Brasileira de laboratórios Analíticos em Saúde – REBLAS.

10. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

10.1. Das obrigações do Contratado

10.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital e neste Anexo, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

10.1.2. Entregar os bens de acordo com as especificações constantes no subitem 1.1 deste Termo de Referência.

10.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.

10.1.4. Substituir, no prazo fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, os itens fornecidos fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades.

10.1.5. Comunicar à Gerência de Cadastro de Fornecedores/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH, toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização junto ao SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte.

10.1.6. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

10.1.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

10.1.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

10.1.9. Garantir a boa qualidade dos materiais entregues.

10.1.10 Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento.

10.1.11. Emitir as notas fiscais com o mesmo número do CNPJ informado na documentação e proposta comercial apresentada na licitação – Pregão Eletrônico.

10.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.13. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do Edital.



10.1.14. Fornecer o objeto da contratação observando toda a normatização vigente.

10.2. Das obrigações do Contratante

10.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio dos servidores designados em Portaria da Superintendência.

10.2.2. Promover o recebimento e a conferência dos materiais.

10.2.3. Enviar Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho e advertir e/ou notificar os atrasos de fornecimento.

10.2.4. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

10.2.5. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns).

10.2.6. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Contratado, sujeitando-o às penalidades previstas no Decreto Municipal nº 18.096/2022, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e criminal.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso conforme preconizado institucionalmente.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

2301.3304.10.302.030.2875.0001.339030.39.1.659.002;
2301.3304.10.302.030.2875.0002.339030.39.1.659.002 e;
2301.3303.10.302.030.2620.0001.339030.39.1.659.002.

13.2. Se necessário, a dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO:

14.1. A unidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização é o Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética – SANUT.



ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA ESCRITA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024 – PROCESSO Nº 04-59/2023

Valor total	
Razão social do licitante	
CNPJ	
Endereço	
E-mail	
Telefone	
Representante: Nome	
Qualificação	
Assinatura	
Local e data	

Lote				
Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Valor Total				

Declaro, sob as penas da Lei, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente licitação, e que estou de acordo e cumpro integralmente todas as normas e requisitos do Edital do Pregão Eletrônico nº 034/2024 e seus anexos, sendo que o objeto ofertado atende plenamente a especificação contida no referido Edital.

Assinatura do proponente:



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024
PROCESSO Nº 04-59/2023**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do do HOB ou Município antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal da empresa licitante



ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZ O HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS E A EMPRESA POR MEIO DO PROCESSO DE COMPRAS Nº 04-59/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024. Nº SISTEMA PBH: 010663302363.

O **HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS**, Autarquia Municipal, com sede na Rua Formiga nº 50, Bairro São Cristóvão, Belo Horizonte/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 16.692.121/0001-81, neste ato representado pela sua Superintendente, Taciana Malheiros Lima Carvalho, denominado **CONTRATANTE** e a empresa, estabelecida na, nº, Bairro, inscrita no CNPJ sob o nº, representada neste instrumento pelo representante ao fim assinado, conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, doravante designada **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e dos Decretos municipais nº 18.096/2022 e nº 18.324/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 034/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a **Aquisição de gêneros alimentícios, sendo os lotes 06 e 08 para ampla concorrência e demais lotes exclusivos para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP.**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1.** Edital da Licitação;
- 1.2.2.** Termo de Referência;
- 1.2.3.** Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR DO CONTRATO

2.1. O preço global do presente Contrato é de **R\$ _____** (_____), sendo os seguintes preços unitários:

LOTE							
Item	Especificação	Sicam	Unidade de Aquisição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Marca
1							
2							
VALOR TOTAL:							

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses** contados a partir da data da última assinatura das partes, **podendo ser prorrogado até a vigência máxima de 10 (dez) anos**, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento continuado.

3.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente do HOB, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada.

3.1.1.1. Para subsidiar a decisão da autoridade competente do HOB quanto à vantajosidade da prorrogação da vigência deste contrato, deverá à Gerente de Compras, Contratos, Convênios – GCOM-HOB, dentro de sua competência estabelecida no inciso X do art. 34 da Portaria nº 022/2020, emitir parecer técnico-financeiro nos autos, fundamentado e conclusivo, quanta à vantajosidade ou não da prorrogação do contrato.



CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 4.1. O prazo máximo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo Fornecedor.
- 4.2. Os bens deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas, sem violações, no seguinte endereço:
- 4.2.1. **Hospital Metropolitano Odilon Behrens - HOB:** Saldanha Marinho, s/nº, Bairro Lagoinha, Belo Horizonte/MG.
- 4.3. Os materiais deverão ser descarregados e entregues no interior dos locais designados para a entrega.
- 4.4. O custo referente ao transporte dos bens será de responsabilidade única da Contratada e deverá ser transportado de acordo com a legislação sanitária, se for o caso.
- 4.5. Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas à natureza dos mesmos, ou seja, que resistam ao peso, à forma e às condições de transporte, garantindo que sejam entregues em perfeito estado de conservação e limpeza. O material danificado não será recebido.
- 4.6. É vedada, tanto a entrega dos materiais por parte do contratado, quanto o recebimento dos mesmos pelo HOB, com marcas diferentes das aprovadas e devidamente publicadas no DOM – Diário Oficial do Município.
- 4.7. A contratada somente poderá entregar os bens nos horários e locais estabelecidos pelo HOB. Também deverá respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização dos materiais, além das exigências e padrões definidos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta comercial e no Contrato.
- 5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. Com base no objeto e suas necessidades e no recebimento e conferência, o prazo para SUBSTITUIÇÃO deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação enviada à Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a manipulação, a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 5.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 5.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 5.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será realizado **no prazo de até 20 (vinte) dias úteis após a data da entrega do objeto**, com apresentação da nota fiscal ou comprovante equivalente (comprovante legal), mediante validação das condições



satisfatórias no verso da Nota Fiscal, validação esta dada pelo servidor público do Contratante apenas se o material entregue atender completamente as exigências deste Edital.

7.2. A Contratada encaminhará a(s) Nota Fiscal(ais)/Fatura ao setor recebedor do material que conferirá, atestará e remeterá à Gerência de Orçamento e Finanças - GEOF do Hospital Metropolitano Odilon Behrens para pagamento, juntamente com o Empenho/Ordem de Fornecimento respectivos.

7.3. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.3.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

7.3.2. Deverão ser informados pelo fornecedor no corpo da Nota Fiscal/Fatura, além de outros requisitos estabelecidos em lei, os seguintes dados: Número do processo, modalidade/número, lote(s), item(ns), número da Nota de Empenho, tributos e informações bancárias para fins de pagamento.

7.4. Nos termos do Decreto Municipal nº 18.272/2023, o HOB, ao efetuar o pagamento pela prestação dos serviços ou fornecimento de bens, fica obrigado a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, e alterações.

7.4.1. A retenção do IR deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observando os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB nº 1.234/2012, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da administração pública federal.

7.4.2. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados a pessoas físicas ou jurídicas pelos serviços e materiais elencados no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012, e alterações.

7.4.3. As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, amparadas por isenção, por não incidência ou por alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.4.4. Não se aplica, para fins de retenção na fonte no âmbito do Município de Belo Horizonte, o disposto no § 6º do art. 3º da IN RFB nº 1.234/2012.

7.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

7.6. Havendo necessidade de providências complementares por parte da Contratada, o decurso do prazo referido no item 7.1 será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7.7. Poderá ser atrasado o pagamento de qualquer fatura que contrarie as especificações contidas na Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento ou Proposta apresentada, sem qualquer ônus para o Contratante.

7.8. O Hospital Metropolitano Odilon Behrens poderá reter o pagamento em caso de dano de responsabilidade da Contratada, ou, ainda, para recebimento das multas aplicadas como penalidade.

7.9. Caso a Contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos e quando das prorrogações contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado na licitação.

8.2. Nos termos do § 3º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021, após o interregno de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida.

8.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de Termo Aditivo.

8.6. Nos termos do inciso I do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, a variação do valor contratual para fazer face ao reajuste previsto neste contrato será realizado por simples apostila a ser providenciada pela Gerência de Compras, Contratos e Convênios – GCOM-HOB, dispensada a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. Constitui obrigações da Contratada:

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, no Termo de Referência e neste instrumento, nas quantidades, prazos e condições pactuadas.

9.1.2. Entregar o(s) objeto(s) de acordo com a(s) especificação(ões) constante(s) na Cláusula Segunda deste instrumento.

9.1.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto ao fornecimento.

9.1.4. Substituir, no prazo fixado pelo Hospital Metropolitano Odilon Behrens, os itens fornecidos fora das especificações ou com quaisquer outras irregularidades.

9.1.5. Comunicar à Gerência de Cadastro de Fornecedor/Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Administrativa da PBH, toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização junto ao SUCAF – Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte.

9.1.6. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto.

9.1.7. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

9.1.8. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

9.1.9. Garantir a boa qualidade do(s) bem(ns) entregue(s).

9.1.10. Responsabilizar-se pelo transporte dos itens, de seu estabelecimento até o local determinado, bem como pelo seu descarregamento.

9.1.11. Emitir as Notas Fiscais com o mesmo número do CNPJ informado na documentação e proposta comercial apresentada na licitação – Pregão Eletrônico.

9.1.12. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.13. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução deste Contrato.

9.1.14. Fornecer o objeto da contratação observando toda a nomenclatura vigente.

9.2. Constitui obrigações do Contratante:

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio dos servidores designados em Portaria da



Superintendência.

9.2.2. Promover o recebimento e a conferência dos materiais.

9.2.3. Enviar Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho e advertir e/ou notificar os atrasos de fornecimento.

9.2.4. Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência, durante toda a execução do Contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

9.2.5. Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) bem(ns).

9.2.6. Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do Contrato.

9.2.7. Assegurar ao pessoal da Contratada o livre acesso às instalações para a plena execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 18.096/2022, e às demais cominações legais.

10.2. A responsabilidade do infrator será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

10.3. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I – dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III – dar causa à inexecução total do contrato;
- IV – deixar de entregar a documentação exigida;
- V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII – apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

10.4. A prática de atos ilícitos sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. A **sanção de advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do Item 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

10.6. A **sanção de multa** terá natureza moratória ou compensatória e poderá ser aplicada ao licitante ou contratado pelo cometimento de qualquer das infrações administrativas previstas no Item 10.3.

10.6.1. O atraso injustificado na entrega do material ou na execução do serviço sujeitará o Contratado à multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

10.6.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias, ou a manutenção da irregularidade, autoriza a Administração a promover a



rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

10.6.1.2. Para fins da limitação de que trata o Item 10.6.1, deverão ser observados os parâmetros constantes no Item 10.15 e seguintes.

10.6.2. A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Cláusula.

10.6.3. Fica estabelecida a aplicação de multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no Item 10.3.

10.6.4. Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto 10.15 e seguintes.

10.6.5. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I – tumultuar a sessão pública da licitação;

II – propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

III – deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;

IV – deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V – deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI – deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do Contratante;

VII – não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;

VIII – não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;

IX – deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

X – manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;

XI – utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

XII – deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;

XIII – deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

XIV – deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

XV – deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

XVI – não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de 02 (dois) dias, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;

XVII – subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no Edital ou Contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.



10.6.6. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

10.6.7. As multas a que se referem os Itens 10.6.1, 10.6.3, 10.6.5 e 10.6.6 serão fixadas considerando as atenuantes e agravantes presentes no caso concreto.

10.6.8. A multa prevista no Item 10.6.1 pode ser aplicada cumulativamente com as multas previstas nos Itens 10.6.3, 10.6.5 e 10.6.6.

10.6.9. À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

10.6.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

10.6.11. A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela Contratante decorrente de outros contratos firmados com o Hospital Odilon Behrens.

10.6.12. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração.

10.7. A **sanção de impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, aqui incluído o Hospital Odilon Behrens, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.7.1. A autoridade responsável pela aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar deverá comunicar a imposição da referida penalidade aos demais órgãos e entidades da administração no prazo de 10 (dez) dias da publicação da decisão irrecurável em âmbito administrativo.

10.7.2. A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

10.8. A **sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do Item 10.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção prevista no Item 10.7, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

10.8.1. No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, a que se refere o inciso XII do Item 10.3, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto Municipal nº 16.954/2018.

10.9. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

10.9.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente

10.9.2. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e



julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Cadastro de Fornecedores do Município - SUCAF.

10.14. No âmbito do Hospital Metropolitano Odilon Behrens, a competência para aplicar as sanções, compete às seguintes autoridades:

- I. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.
- II. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo(a) Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.
- III. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo(a) Superintendente do Hospital Metropolitano Odilon Behrens.

10.15. A autoridade competente, ao aplicar as sanções, considerará:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – os danos que dela provierem para a administração pública;
- V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15.1. São circunstâncias que agravam a sanção:

- I – a reincidência;
- II – não responder às notificações enviadas pela gestão do contrato ou correlato quando se tratar de nota de empenho substituta de contrato;
- III – a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- IV – o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;
- V – a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- VI – a prática de infrações em outros contratos administrativos celebrados com a administração municipal.

10.15.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior no mesmo contrato.

10.15.1.2. Não se considera reincidência:

- I – se entre a data da publicação da decisão definitiva da infração e a do cometimento de nova infração idêntica tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- II – se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

10.15.2. São circunstâncias que atenuam a sanção:

- I – o processado ser Microempreendedor Individual, micro ou pequena empresa;
- II – a primariedade;
- III – procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- IV – reparar o dano antes do julgamento;
- V – confessar a autoria da infração.



10.15.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

10.16. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 62 do Decreto Municipal nº 18.096/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

11.3. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, obedecidas as condicionantes legais.

11.4. O Contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do HOB ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na seguinte dotação:

2301.3304.10.302.030.2875.0001.339030.39.1.659.002;

2301.3304.10.302.030.2875.0002.339030.39.1.659.002 e;

2301.3303.10.302.030.2620.0001.339030.39.1.659.002.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, bem como de acordo com as normas regulamentares do Município de Belo Horizonte, especialmente os Decretos Municipais nº 18.096/2022, nº 17.813/2022 e nº 18.324/2023, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- a) Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais, ou alteração conceitual dos projetos.
- b) Incluem-se na vedação a repactuação/revisão de preços.
- c) Não constitui alteração contratual vedada o reajuste de preços previsto contratualmente.
- d) Excetua-se da regra o ato autorizativo exarado, prévia e expressamente pela autoridade competente em cuja dotação orçamentária a despesa ocorrerá, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes Contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução do objeto da contratação será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores do HOB:

- a) Gestor do Contrato: Alexandre Magno Coelho, HM 7523-1, Gerente, Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética/HMOB, Lotação SANUT/HMOB.
- b) Fiscal Técnico: Alessandra Jozelia de Lima Brito, HM 06931-2, Cargo: Nutricionista
- c) Fiscal Técnico Substituto: Liliene Monteiro de Barros, HM 6406-0, Cargo: Nutricionista.
- d) Fiscal Administrativo: Anderson Fernando dos Santos, HM 6408-6, Agente Executivo Governamental, Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética/HMOB, Lotação SANUT/HMOB.
- e) Fiscal Administrativo Substituto: Guilherme Bruno Felisberto, HM 5603-2, Agente Executivo Governamental, Serviço de Almoxarifado da Gerência de Nutrição e Dietética/HMOB, Lotação SANUT/HMOB.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

16.1.1. Nos termos do inciso I do art. 94 da Lei 14.133/2021, a Gerência de Compras, Contratos e Convênios – GCOM-HOB deverá providenciar a divulgação deste contrato e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar de sua assinatura, como condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. O foro da justiça estadual na comarca de Belo Horizonte é o competente para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

E por assim estarem justas combinadas e contratadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições contidas nas cláusulas do presente Contrato e firmam este, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito.

Belo Horizonte, de de 20.....

TACIANA MALHEIROS LIMA CARVALHO
SUPERINTENDENTE
HOSPITAL METROPOLITANO ODILON BEHRENS

CONTRATADO



**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DE LIMITE NA LICITAÇÃO, PARA MICROEMPRESAS –
ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2024
PROCESSO DE COMPRAS Nº 04-59/2023**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que no ano-calendário de realização desta licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em obediência ao § 2º, do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)